Turismo, patrimônio cultural rural e imigração italiana: a refuncionalização espacial na Colônia Maciel – Município de Pelotas/RS

Tourism, rural cultural heritage and italian immigration: the refuncionalization of the space in Colony Maciel - Pelotas/RS City

Tourisme, patrimoine culturel ruraux et immigration italienne : la refuncionalização spatiale à la Colônia Maciel - Ville de Pelotas/RS

Marcelo Panis
panis@ige.unicamp.br

Melissa Ramos da Silva Oliveira
melissa@ige.unicamp.br

UNICAMP

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado . Apoio CNPq.

Resumo: No Brasil, as regiões de imigração italiana têm sido reconhecidas por seu patrimônio, sendo marcadas tanto pela presença de bens materiais móveis e imóveis quanto por traços identitários da reprodução social dos descendentes de imigrantes, além de elementos naturais que compõem a paisagem rural. Na atualidade, o conjunto destes objetos, costumes e tradições, adquiri novos usos e funções à medida que se tornam mercadorias e são procurados por pessoas não pertencentes ao lugar, ou seja, são refuncionalizados de forma a atender a uma nova demanda, entre às quais está a promoção de atividades de turismo e lazer, situação em que o patrimônio é revalorizado e resignificado sob a ótica do capital mercantil. Assim, esse trabalho tem como proposta analisar a Colônia Maciel, no Distrito de Rincão da Cruz, município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, procurando estabelecer uma relação entre as antigas paisagens e os velhos usos e as novas formas e funções encontradas na paisagem rural. Ou seja, procura avaliar a coexistência do novo e do velho, bem como a nova dinâmica sócio-espacial que se constitui a partir da consolidação do turismo na região, resgatando a identidade e as tradições e (re)valorizando a colônia enquanto lugar de cultura.
Palavras-chave: Patrimônio cultural; Refuncionalização; Turismo; Imigração italiana; Espaço rural.

Abstract: In Brazil, the regions of italian immigration have been recognized for its heritage and is marked by the presence of both material goods and assets, and by identifying traces of social reproduction of the descendants of immigrants, and natural elements that make up the rural lands. Currently, all these objects, customs and traditions, acquire new uses and functions as they become commodities and are sought by people outside the place, or are refunctionalized in order to meet a new demand, among which is the promotion of tourist activities and leisure, in which the asset is revalued and reframing the perspective of merchant capital. Thus, this work is proposed to analyze the Colonia Maciel, Distrito de Rincão da Cruz, Pelotas' city, in Rio Grande do Sul, trying to establish a link between the ancient landscapes and old customs and new forms and functions found in the rural landscape. That is, attempts to assess the coexistence of new and old and the new socio-spatial dynamics that is based on the consolidation of tourism in the region, restoring their identity and traditions and (re)valuing the colony as a place of culture.
Keys-word: Cultural heritage, Refuncionalization, Tourism, Italian immigration, Rural space.

Resumé : Au Brésil, les régions de l'immigration italianne a été reconnue pour son patrimoine et est marquée par la présence tant des biens matériels et des biens, et en identifiant les traces de la reproduction sociale des descendants d'immigrés, et des éléments naturels qui composent la rural paysage. Actuellement, toutes les fonctions de ces objets, les coutumes et les traditions, acquérir de nouvelles utilisations et les fonctions qu'ils deviennent des marchandises et sont recherchés par les gens en dehors du lieu, ou sont refonctionnalisés afin de satisfaire une nouvelle demande, parmi lesquelles est la promotion des activités touristiques et de loisirs, dans lequel l'actif est réévalué et le recadrage des perspectives du marché des capitaux. Ainsi, ce travail est proposé d'analyser les Colônia Maciel, dans le Distrito de Rincão da Cruz, ville de Pelotas, Rio Grande do Sul, en essayant d'établir un lien entre les paysages anciens et des vieilles coutumes et les nouvelles formes et les fonctions présentes dans les rural paysages. Autrement dit, tente d'évaluer la coexistence de dynamiques nouvelles et anciennes et les nouvelles conditions socio-spatiale qui repose sur la consolidation du tourisme dans la région, le rétablissement de leur identité et leurs traditions et de (re) valorisation de la colonie comme un lieu de culture.
Mots-clés: Patrimoine Culturel; Refuncionalization; Tourisme; Immigration italienne; Espace ruraux.

INTRODUÇÃO

São inúmeros os bens materiais e imateriais, provenientes de outros momentos históricos, que encontramos na cidade ou no campo cotidianamente. No entanto, não é apenas pela antigüidade que esses bens são considerados patrimônio. A transformação de um bem em patrimônio implica no reconhecimento, pela sociedade, de algum valor excepcional e singular que justifique a sua preservação enquanto um representante cultural. Conforme destacou Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 11):

> A constituição de patrimônios históricos e artísticos é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos de nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para gerações futuras.

Enfim, é pelo valor que lhes é atribuído que esses bens são diferenciados dos demais e podem receber uma proteção específica. Dessa maneira, abordar a questão do patrimônio é tratar de *formas-conteúdo* (SANTOS, 1999), de um produto histórico socialmente produzido, resultado de ações cumulativas, não só no que se refere à determinação econômica (produção, distribuição, circulação, troca, acumulação de capital), mas, também, às relações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que atuam na dinâmica do espaço.

A categoria *forma-conteúdo* diz respeito à associação de uma função, um conteúdo social à forma, visto que elas (as formas) não são somente materialidades resultantes dos modos de produção que lhes originaram, mas, também, constituem objetos sociais (formas utilizadas) valorizados pela sociedade por meio da imposição de uma nova função. Para Santos (1999, p. 103) "a idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social", ou seja, a "forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma nem apenas como conteúdo".

No caso do patrimônio cultural rural, são reconhecidos e valorizados todos os elementos construídos e naturais relacionados às técnicas, os costumes, crenças e o saber fazer do meio rural. ARGOLLO FERRÃO (2007) destaca que são considerados patrimônio cultural rural:

> Os antigos casarões e senzalas, colônias e casas de trabalhadores dispersas construídas com técnicas tradicionais da arquitetura rural ou com materiais e técnicas alternativas de construção, toda arquitetura vernacular, antigas capelas rurais, antigos engenhos e casas de máquinas, o próprio maquinário desativado, antigos equipamentos de produção e energia (monjolo, rodas d'água, etc), elementos e sistemas estruturais antigos (pontes, diques, barragens, etc.), o espaço físico destinado às manifestações culturais locais (praças, terreiros, largos, vilarejos, etc). (ARGOLLO FERRÃO, 2007, p. 94)

Além desses elementos, destacados por Argollo Ferrão (2007), acrescentam-se os costumes, as crenças, as manifestações artístico-culturais, as formas de expressão, as comidas, as vestimentas, os utensílios domésticos e de trabalho, entre outros.

Nas colônias de imigração européia na porção sul do Rio Grande do Sul (figura 01), especificamente a Colônia Maciel, no Município de Pelotas (Figura 2), são considerados patrimônio cultural rural a arquitetura e a paisagem rural, os costumes e as tradições italianas que representam o conjunto do arranjo espacial, revelado nas casas de pedra, nos moinhos, nas cantinas de vinho, nas ferramentas de trabalho, dentre outros; além da reprodução social cotidiana, tais como a religiosidade, as técnicas de trabalho, a produção do vinho, as práticas de lazer e as festas religiosas.



Figura 01: Representação do município de Pelotas com destaque para o Distrito de Rincão da Cruz.
Fonte e elaboração: Marcelo Panis, 2007

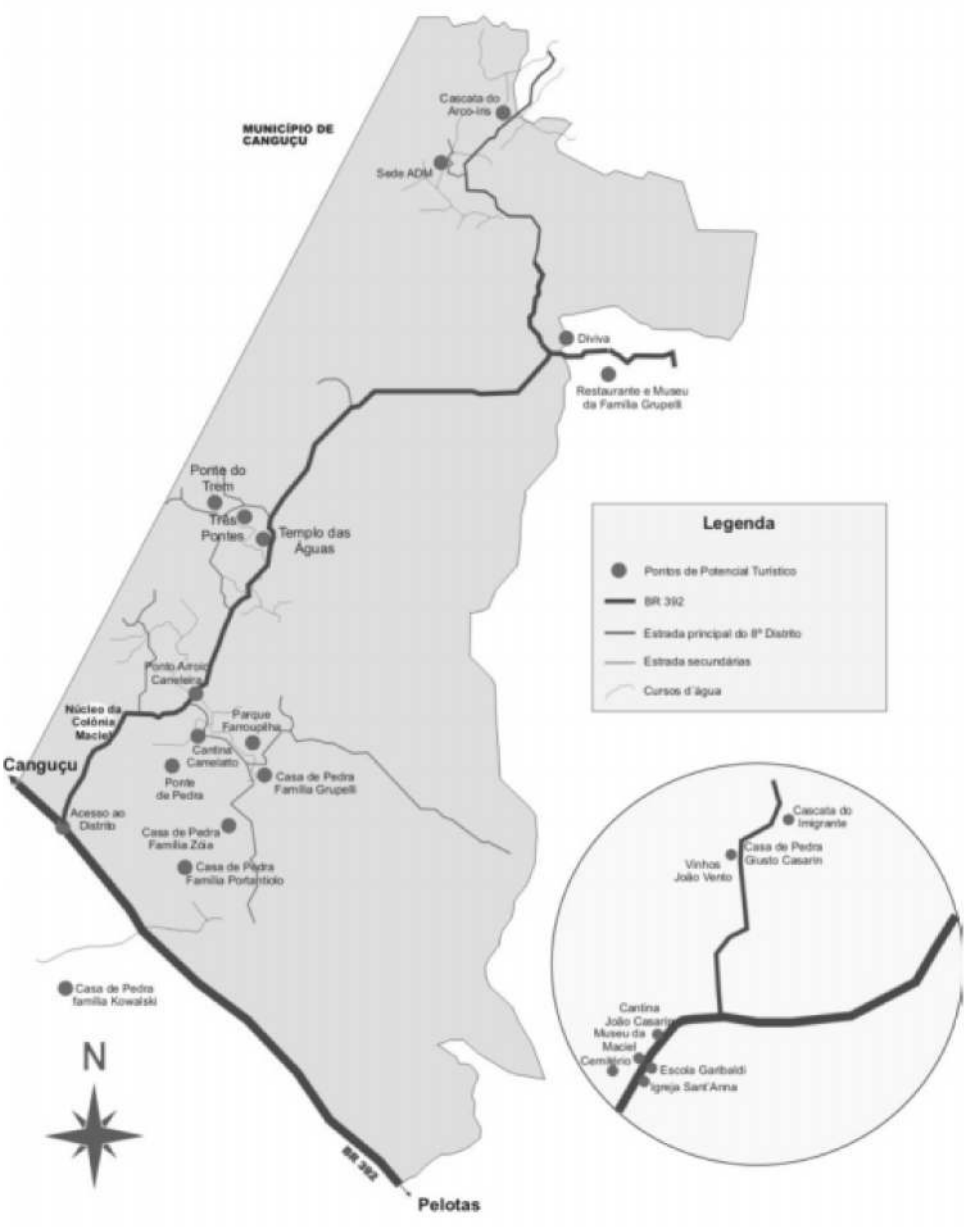

Figura 02: Representação do Distrito com pontos localizados em campo.

Fonte e elaboração: Marcelo Panis, 2007

Portanto, este trabalho quer contribuir no entendimento de como a presença do patrimônio cultural rural[1] pode ser elemento na busca do reconhecimento enquanto 5ª Colônia de Imigração Italiana na região colonial de Pelotas. Ainda, como a presença deste patrimônio pode se tornar um potencial atrativo na promoção de atividades de turismo e lazer na região.

[1] O conceito de *patrimônio cultural* engloba todas as adjetivações comumente usadas, como histórico, arquitetônico, arqueológico, natural, etc. Não obstante a todas as adjetivações, remete à idéia de herança e de construção social, algo do passado que permanece até a atualidade (PAES-LUCHIARI, 2006).

A formação do Rio Grande do Sul: dos jesuítas espanhóis aos agricultores europeus

O estado do Rio Grande do Sul foi palco de guerras e conflitos internos e externos, bem como lugar de acolhimento de povos que chegavam para construir nestas terras uma nova pátria, entre os quais estão os imigrantes europeus. Estes imigrantes, por meio de diferentes processos, construíram a atual configuração social, econômica, cultural e política do estado. Assim, como evidencia Antônio Carlos Robert de Moraes (2000, p. 17), a constituição de um território é um processo cumulativo na medida em que envolve a relação de "uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial".

Nestes termos, Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001, p. 31) destacam que as várias fases da ocupação do estado gaúcho possibilitaram chegar à diversidade cultural existente nele na atualidade. Isto significa dizer que o processo iniciado com os jesuítas espanhóis, com a formação das reduções guaraníticas, até a vinda dos imigrantes alemães e italianos, foram etapas importantes para a formação do território Rio-Grandense, visto que o território é "um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga" (MORAES, 2000, p. 18). Portanto, é uma expressão da relação sociedade/espaço, construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

A vinda de imigrantes europeus não-portugueses para o Brasil[2], durante o século XIX, correspondia a uma demanda de mão-de-obra, de um lado, para as fazendas de café na região de São Paulo e, de outro lado, para as pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, pela necessidade de produzir gêneros alimentícios que suprissem o mercado interno local (DE BONI & COSTA, 1984).

É a partir da necessidade da produção de alimentos para as cidades, em pleno crescimento em termos de população, que o Governo Imperial do Brasil inicia sua campanha de imigração na Europa, inicialmente com os alemães. Estes, quando chegados ao país, se instalaram nos vales das principais bacias hidrográficas da região norte do estado do Rio Grande do Sul, com maior destaque para a Região do Vale dos Sinos, pertencente à atual Região Metropolitana de Porto Alegre. A segunda parte do processo seria a vinda dos imigrantes italianos a partir da década de 1870.

O interesse do Governo Imperial estava voltado para a agricultura e a produção de alimentos que atendesse ao mercado interno. Neste sentido, a campanha de imigração do Brasil na Europa queria atingir apenas agricultores de profissão, por este motivo muitos italianos mentiam a profissão a fim de poderem vir para o Brasil e fugir da Itália, que estava em crise por conta do processo de industrialização do norte, reflexo da segunda revolução industrial (DE BONI e COSTA, 1984, p. 83).

Especificamente, a vinda dos italianos para o Brasil aconteceu de duas formas: a imigração espontânea e a imigração organizada. A primeira ocorria desde o final do primeiro quartel do século XIX. Baseava-se na vinda de famílias e indivíduos isolados que tentariam a sorte nas cidades que, crescentemente, demandavam mais serviços e mão-de-obra, devido ao processo de modernização no período. Os imigrantes, neste caso, contavam com seus conhecimentos adquiridos na Europa (PEIXOTO, 2003, p. 8). Foram estas famílias de imigrantes, conforme destaca Anjos (1999, p. 40) que, instalados em Pelotas, passaram a dominar a rede de hotéis do município, utilizando-os para reuniões e encontros de famílias nos quais podiam falar o idioma italiano, o que permitia o fortalecimento e a manutenção da identidade cultural.

A imigração organizada, promovida por empreendedores particulares ou pelo próprio governo, consistiu ou no sistema de parcerias e no trabalho assalariado, como é o caso das fazendas de café em São Paulo, considerado mais rentável e mais produtivo do que a mão-de-obra escrava, ou, de outra forma, na fixação do imigrante à terra, por meio da venda de lotes

[2] Destaca-se que a classificação de "imigrantes europeus não-portugueses" tem o intuito de fortalecer que a região sul não é composta apenas de imigrantes portugueses, traço mais marcante na cidade de Pelotas, expresso por meio da arquitetura e cultura imaterial.

de terra às famílias de imigrantes, com o objetivo de estes produzirem alimentos para suprirem às cidades locais, processo que predominou na formação das colônias de imigração italianos no Rio Grande do Sul (PANIS, 2007, p. 67).

O ESPAÇO COLONIAL PELOTENSE

A Lei de Terras, na década de 1850, consagrou o sistema de compra das terras devolutas, acabando com as sesmarias, que prevaleceram durante todo o período colonial (FAORO, 1998, p. 127). A *sesmaria* é a terra inculta ou de cultura abandonada que os reis de Portugal doavam aos sesmeiros. A origem do nome sesmaria está ligada à organização territorial dos conselhos. Para melhor distribuir os casais, passou-se a dividir as terras dos conselhos em *sesmos* ou sextas partes. A fim de evitar injustiças nas doações e fiscalizar o cumprimento das condições legais, era indicado um "homem bom" para cada *sesmo*. Os delegados municipais receberam a denominação de sesmeiros e as terras como sesmarias.

Esta lei, bem como a pressão internacional para por fim ao regime escravista, foram dois elementos que influenciaram a formação das colônias de imigrantes em todo o Brasil. De um lado, a Lei de Terras passou a permitir a propriedade da terra somente pela compra ou pela herança, de outro, a pressão pela abolição no Brasil obrigou a busca de outro tipo de mão-de-obra, sendo que, a partir da metade do século XIX, na Itália, havia o processo de unificação e de industrialização no norte do país, fato que contribuiu na exclusão social e no empobrecimento de muitos italianos.

Dessa maneira, a Itália tinha a necessidade de "exportar mão-de-obra", pessoas ainda economicamente ativas, que o Brasil utilizou, em muito, para substituir pelos escravos. Este processo é reflexo da segunda revolução industrial no qual o regime escravista passaria a ser substituído, visto que os escravos não recebiam salários e, portanto, não consumiam. Assim, a contratação de mão-de-obra assalariada com os imigrantes ou mesmo o sistema de parcerias, garantiria maior mercado consumidor interno (DE BONI & COSTA, 1984).

Por efeito da Lei de Terras, o Governo Imperial passou a vender a terra a quem quisesse colonizar o sul, dando preferência aos europeus chegados ao Brasil, por sua maior tradição camponesa e para maior garantia dos empreendimentos agrícolas, afinal, as campanhas de imigração foram promovidas, em sua maior parte, pelo próprio governo.

Estando na terra, o colono recebia ferramentas, sementes e auxílio para a derrubada das árvores, tendo um espaço para cultivar e erguer sua casa. Os valores dos equipamentos e sementes deveriam ser pagos junto com a terra. Além disso, recebiam também alguma ajuda, em dinheiro e alimentos, até começarem a garantir o próprio sustento com sua produção (PANIS, 2007, p. 72).

Entretanto, frente à realidade na qual os imigrantes se deparavam, Grando (1990, p. 64) analisa que "a economia camponesa foi instaurada, no sul do Brasil, em condições precárias no que se referia tanto ao meio natural quanto aos recursos". Contudo, as colônias que conseguiram melhores mercados para o consumo de seus produtos, terras mais férteis e melhores condições de comunicação com outros lugares, progrediram economicamente, formando outra característica na paisagem por conta dos processos sociais que se estabeleceram.

Este é, em parte, o cenário da formação da região colonial do município de Pelotas/RS, bem como de outras colônias de imigrantes italianos e alemães. Cabe ressaltar, ainda, que a iniciativa da colonização de imigrantes europeus não-portugueses no município partiu da própria administração municipal para introduzir a agricultura na economia do município, a qual se encontrava centrada na pecuária e na indústria do charque. Também, porque as terras da região serrana não eram adequadas para a pecuária e plantio do arroz, muito característico da região sul do estado, devendo ser utilizada para outras finalidades, neste caso, para a agricultura colonial.

No processo de ocupação da região colonial, abordando os imigrantes italianos em geral, Grando (1990, p. 64) aponta que esta foi dividida em pequenas propriedades, em torno de 30 hectares cada uma, o que multiplicava a formação de comunidades menores.

Este é o contexto de parte do processo que caracteriza a ocupação colonial no município. Em se tratando dos imigrantes italianos, cabe ressaltar, que a literatura histórica tem sido

tema de novos estudos e aprofundamentos em diversas áreas das ciências humanas, entretanto, ainda é bastante restrita no que diz respeito à ocupação do espaço rural. Este aspecto pode refletir o desejo dos descendestes de imigrantes italianos em buscarem o reconhecimento histórico enquanto 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande de Sul.

A implantação desta colônia de imigrantes estava inserida dentro de um processo de exploração econômica, no sentido de diversificar as atividades econômicas, que, até então, eram baseadas na produção do charque e na atividade pecuária. As terras recebidas pelos imigrantes do Governo Imperial serviam para exploração independente, mas estes deveriam dedicar-se, em primeiro lugar, à agricultura e à suinocultura (PEIXOTO, 2003, p. 8).

A respeito dos imigrantes que se instalaram na região colonial do estado Peixoto (2003, p. 8) relata que "as colônias foram espalhando-se pela serra e organizando-se de modo independente. As colônias fundadas pelo governo foram emancipadas em pouco tempo e passaram a se auto-administrar". Fica evidente, assim, que o governo, na qualidade de fundador das colônias, tinha apenas a preocupação com a venda dos lotes e com a liquidação das dívidas dos colonos.

Neste sentido, a afirmação acima vem corroborar com o fato de que muitas colônias na região serrana foram ocupadas segundo o interesse da oligarquia organizada. Entretanto, o Governo Imperial também demarcou terras devolutas, na região de Pelotas e Canguçu, a fim de fixar os imigrantes à terra e formar colônias que produzissem gêneros alimentícios escassos na região. Neste caso, foram três as colônias criadas no sul do estado: Acioli, Afonso Pena e Maciel (GRANDO, 1990, p. 71).

No que concerne especificamente à Colônia Maciel, segundo o Relatório do Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros e interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ([1889, p. 72] APUD Peixoto 2003, p. 6) foi criada, uma parte, em devolutas, ocupando uma área total de 18.564.848 m², divididas em três núcleos, com as seguintes características:

> **1° núcleo:** composto por 50 lotes rústicos e 31 urbanos, sendo que 2 destes lotes foram reservados para o cemitério e a escola e, posteriormente um deles foi dado ao vigário de Canguçu para a construção da Igreja. Área total de 13.840.744 m².
> **2° núcleo:** composto por 7 lotes rústicos. Área total de 2.677.285 m².
> **3° núcleo:** composto por 8 lotes rústicos. Área total de 2.046.819 m².
> (os lotes dos núcleos 2 e 3 foram vendidos em concorrência pública, sob condição de pagamento à vista). (PEIXOTO, 2003, p. 6) **(grifo nosso)**

Em 1889, o primeiro núcleo já havia sido ocupado por 50 famílias de imigrantes, sendo que haviam desembarcado 72 imigrantes no ano anterior, estes chamados por parentes já estabelecidos em núcleos coloniais (FETTER, 2002). O cotidiano das famílias assentadas na colônia era ordenado em torno do trabalho na lavoura e por festividades religiosas e esportivas[3].

Este é, basicamente, o histórico da formação da colônia Maciel e da chegada e instalação dos imigrantes italianos na região sul do Rio Grande do Sul, tendo Pelotas, em sua região serrana, como o núcleo mais representativo deste processo imigratório.

Reconhecimento da 5ª Colônia de Imigração Italiana e a valorização do patrimônio cultural rural

A preservação do patrimônio é uma prática dos Estados modernos. De um lado, havia uma preocupação em salvaguardar heranças do passado e, de outro lado, em eleger monumentos representativos da memória, história e cultura de cada nação (FONSECA, 1997). Mas, cabe salientar que os primeiros monumentos a receber atenção à salvaguarda e preservação, mesmo por meio de mecanismos legais, eram predominantemente urbanos.

[3] Segundo Peixoto (2003) o lazer resumia-se ao jogo de bocha, aos jogos de carta, aos bailes organizados nas escolas e na igreja e ao futebol. O lazer infantil era limitado às horas vagas, pois as crianças também trabalhavam na lavoura. As brincadeiras mais comuns incluíam brinquedos que eles mesmos fabricavam.

As Cartas Patrimoniais, que contribuem nas deliberações a respeito da salvaguarda do patrimônio, referem-se a uma coletânea dos principais documentos e recomendações conclusivas das reuniões relativas à proteção e salvaguarda do patrimônio, ocorridas em diversas épocas e partes do mundo. Essas Cartas são um balizador importante no acompanhamento do pensamento sobre preservação. No Brasil, essa publicação foi organizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, publicada em 1995 (IPHAN, 1995).

Mas, estas Cartas, difundidas largamente ao longo do século XX, entre outras questões, enfocam predominantemente o patrimônio urbano, enquanto o patrimônio rural é pouco abordado. Somente com a Recomendação de Paris, instituída pela Conferência Geral da Unesco, em 1962, a preservação do patrimônio rural foi mencionado pela primeira vez em um documento, inserindo-se, assim, na pauta dos principais órgãos internacionais de preservação. Esse documento dispõe sobre a salvaguarda das paisagens e sítios naturais ou rurais. De acordo esta carta:

> Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais e urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos (IPHAN, 1995, p. 99).

Essa Recomendação também menciona, no artigo III, itens 14 e 15, a necessidade de um planejamento físico territorial das áreas rurais, nas quais o planejamento deveria ser feito segundo ordem de urgência. No entanto, a ênfase maior ainda é no patrimônio urbano, já que cita a urgência de disposições especiais para as paisagens e sítios urbanos, que geralmente são os mais ameaçados pelo processo de desenvolvimento urbano e pela especulação imobiliária.

A Carta de Veneza, de 1964, também dispõe sobre o patrimônio rural, mas muito pouco se detém a falar a respeito. Essa carta definiu o patrimônio (monumento histórico) como "a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico" (IPHAN, 1995, p. 109, art 1º).

A Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea de 1976, também conhecida como Recomendação de Nairóbi, é o primeiro documento a ter um item específico sobre o patrimônio rural. O artigo 34 dessa Recomendação menciona que

> (...) nas zonas rurais, todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais em seu ambiente natural (IPHAN, 1995, p. 264, art 34).

Todas essas discussões internacionais demonstram que, aos poucos, a preservação do patrimônio rural vem ampliando sua área de atuação e, apesar da predominância da preservação do patrimônio urbano, o patrimônio rural está se consolidando como uma área da preservação na atualidade.

Possivelmente, o não-reconhecimento da 5ª Colônia de Imigração Italiana na Região de Pelotas, seja decorrente desse processo que privilegia primeiramente o tombamento e a valorização do patrimônio urbano frente ao rural. No entanto, é importante destacar que essa região já é reconhecida pelos próprios imigrantes e pela comunidade local como um importante referencial para sua cultura e memória. Assim, seus bens materiais e imateriais são valorizados como patrimônio cultural rural, mesmo sem o reconhecimento oficial e/ou o seu tombamento. Isso equivale a dizer que seu patrimônio é legitimado socialmente pela comunidade local, fazendo parte da sua história e consolidando seus laços identitários. Tal aspecto é de fundamental importância porque a legitimação social inclui a população local na prática da preservação.

O estado do Rio Grande do Sul conta, oficialmente, com quatro Colônias de Imigração Italiana: a primeira, segunda e terceira colônia são, respectivamente, Conde D'Eu, Dona Izabel e Campo dos Bugres, que atualmente estão situadas na região das cidades de Garibaldi, Bento

Gonçalves e Caxias do Sul, situadas na conhecida região da Serra Gaúcha[4]. A quarta colônia situa-se no município de Silveira Martins e região central do estado.

No que diz respeito ao reconhecimento histórico, de modo geral, o que possibilita isso é a comprovação de que as terras adquiridas pelos imigrantes provinham do Governo Imperial, fossem terras devolutas ou do próprio governo. Nesta medida, por meio das campanhas de imigração, como se tratou anteriormente, o governo buscava mão-de-obra dos imigrantes italianos para a produção de alimentos, assentando-os em pequenas propriedades (lotes) de aproximadamente 30 hectares cada um. Entretanto, apesar de serem campanhas do próprio governo, não significava que os imigrantes ganhariam as terras, ao contrário, haviam prazos para o pagamento destas, bem com despesas de viagem, ferramentas e ajuda para se manterem até o início da produção[5].

Entretanto, a colônia de imigrantes que se instalou no município de Pelotas, a Colônia Maciel, nunca obteve este reconhecimento histórico oficial, apesar de haver sido fundada ainda no período imperial, e haverem dados que, segundo os trabalhos de Fetter (2002) comprovem historicamente que grande parte das terras na qual se instalaram diversas famílias, muitas delas devolutas, foram vendidas pelo Governo Imperial.

O não-reconhecimento oficial como Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana produziu, no decorrer das décadas, um descontentamento da comunidade italiana da região. Tal afirmação pode ser verificada pela iniciativa da comunidade local, representada pelo padre e outros membros da comunidade, juntamente com a Sociedade Italiana Pelotense – SIP, que propõem à Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, um projeto de criação de um museu que tivesse como objetivo, dentre outros, o resgate da memória dos primeiros imigrantes, bem como do processo de ocupação ocorrido ao longo das décadas na região, desde a chegada dos primeiros imigrantes. Dessa foram, em junho de 2006, foi fundado o Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, o qual possui uma gestão entre a comunidade local e a UFPEL[6] (PANIS *et all.*, 2006).

Dessa maneira, fica evidente que mesmo sem o título oficial enquanto 5ª Colônia de Imigração Italiana, esse patrimônio tem sido reconhecido, preservado e legitimado pela própria população. Esse patrimônio, sendo um *sistema de objetos socialmente apropriado* (MENEZES, 1979, p. 23) não se constitui como objeto isolado, mas, sim, como um conjunto articulado, apropriado socialmente pelas representações estabelecidas nos diversos segmentos que compõem essa sociedade.

Assim, o patrimônio cultural, enquanto um conjunto de formas-conteúdo, uma herança da ação humana sobre um determinado território, expressa em cada momento as relações sociais que lhe deram origem. Apesar de serem "governadas" pelo presente, as formas contêm um pouco do passado, pois surgem dotadas de certos contornos e finalidades historicamente contextualizadas, que lhe conferem uma significação social. Embora sofra alterações, o patrimônio continua ostentando as marcas de sua história e das condições de sua origem e desenvolvimento, revelando o peso do passado na organização do espaço atual.

No espaço convivem formas novas e antigas, embora expressem tempos distintos. Dentre as formas antigas, muitas assumem novas funções de uso. Primeiramente, porque as formas obedecem a um dado ordenamento sócio-político do grupo que as constrói, respondendo funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo modos singulares de apropriação. Segundo, porque essa permanência ocorre devido ao fato da maioria das formas se transformarem em capitais fixos, apresentando tanto um determinado nível de remuneração do capital investido quanto um valor para a

[4] Vale destacar que as colônias situadas na conhecida turisticamente *"Serra Gaúcha"* na verdade estão situadas na região fisiográfica do *Planalto*, que é a denominação oficial. A região da *Serra*, oficialmente, se localiza entre os municípios de Canguçu, Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul, no sul do estado.

[5] Em Fetter (2002) pode-se consultar a lista dos imigrantes chegados e as respectivas terras adquiridas, com tamanhos e valores, compradas do Governo Imperial.

[6] Cabe ressaltar que apesar de inicialmente os imigrantes terem se instalado na localidade da Colônia Maciel, no decorrer das décadas, passam a ocupar outras colônias nas proximidades, o que caracteriza que o Distrito de Rincão da Cruz, basicamente, é que representa a região de imigração italiana.

sociedade. Conseqüentemente, a forma sofre certo grau de adaptação física e funcional para poder abrigar as necessidades inerentes dos usos atuais. No caso da Colônia Maciel, o fato de haver um patrimônio reconhecido pela comunidade local, possibilita aos habitantes a implementação de atividades turísticas, realidade cada vez mais presente, verificada por meio das ações de marketing gerado pela venda da imagem do patrimônio cultural rural e das belezas coloniais.

Estas abordagens são bastante relacionadas, uma vez que o reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana levará a um processo que ampliará a divulgação deste espaço colonial, tornando-o mais desejoso por àqueles que buscam destinos turísticos. Cabe ressaltar que este reconhecimento não é apenas histórico, mas é, sobretudo, um reconhecimento social, pois legitima ao mesmo tempo um processo histórico ocorrido, como também, uma situação atual, do qual a comunidade local é um dos atores principais.

Entretanto, na medida em que este reconhecimento aconteça e a região se torne conhecida, sendo divulgada para outros lugares, demandará ações que focalizem o planejamento e a gestão do espaço, no sentido de que este não venha a ser, futuramente, um lugar de exploração de atividades de turismo e lazer, no qual a comunidade seja deslegitimada dos processos locais.

Esta preocupação reflete, na verdade, processos apontados por alguns pesquisadores, em diferentes lugares e trabalhos, nos quais grande parte dos habitantes do lugar, em que se verifica a existência de patrimônio, foram excluídos dos espaços turísticos por não se classificarem no nível de consumo exigido e por não possuírem capital para investir nessa atividade. Esta abordagem foi feita no circuito das praias da costa nordestina do Brasil, apontado por Cruz (2005). Também, por Cifelli (2005) e Oliveira (2005) quando tratam do uso e exploração do patrimônio cultural para o turismo na cidade de Outro Preto/MG, processo do qual Paes-Luchiari (2006) denomina de *segregação sócio-espacial*.

Todos estes trabalhos referem-se basicamente ao espaço urbano. Entretanto, o processo de busca aos destinos turísticos está-se voltando, cada vez mais, para o espaço rural, devido à existência de patrimônio, marcado pela presença de elementos da natureza e por bens materiais e imateriais representativos de modos de produção antigos. Esta realidade denota, nesta medida, um imperativo para que estes processos sejam estudados e aprofundados, como se está desenvolvendo no Distrito de Rincão da Cruz, no sentido de contribuir no entendimento dos processos que se estabelecem, de forma a disponibilizar ferramentas para os lugares com este potencial turístico, evitando analisar apenas efeitos da promoção da atividade turística.

O processo de refuncionalização do patrimônio cultural rural pela atividade turística

No tocante à presença dos descendentes de imigrantes, na região colonial de Pelotas, destacam-se dois elementos a serem abordados: primeiramente, a busca do reconhecimento historiográfico enquanto da 5ª Colônia de Imigração Italiana, averiguada, entre outros aspectos, pela existência do patrimônio cultural existente na região por conta de presença dos imigrantes, representado no legado material e imaterial existente na região colonial.

Cabe ressaltar que as comunidades rurais, principalmente àquelas de regiões ocupadas por imigrantes europeus e seus descendentes, como no caso do Distrito de Rincão da Cruz, do qual a Colônia Maciel faz parte (figura 01), possuem a marcante presença de bens culturais. No que diz respeito ao patrimônio cultural, concorda-se com a contribuição de Canclini (1994, p. 96), quando o autor afirma que o patrimônio cultural "expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social".

Um segundo elemento desta abordagem a respeito do patrimônio cultural está relacionado ao outro tema abordado neste trabalho: a refuncionalização do espaço para a promoção de atividades de turismo e lazer em comunidades rurais.

Em um artigo que discute alguns elementos pertinentes à temática, Luchiari (2006, p. 49) analisa que "turismo, patrimônio cultural e qualidade ambiental seriam os novos ingredientes na atribuição de novos sentidos à paisagem urbana", o que permite estender ao patrimônio

cultural rural, uma vez que há, cada vez mais, um movimento de busca pelo verde, ampliado por um reencantamento dos elementos naturais.

Em análises anteriores sobre o Distrito de Rincão da Cruz, foi possível verificar que o espaço rural tem sido o destino de viajantes, ou mesmo de pessoas próximas, muitas vezes, devido à presença marcante de elementos da natureza, podendo, por meio de iniciativas organizadas ou individuais, engendrarem lugares com potenciais turísticos. Este aspecto é fortalecido devido à presença, no Distrito do Rincão da Cruz, do patrimônio material construído, principalmente, deixado pelos imigrantes italianos, bem como pela exuberante presença do patrimônio natural, representado por uma diversidade de fauna e de flora. Ainda, por conta do patrimônio imaterial representado nos costumes, festas, culinária, entre outros aspectos, que tendem a se tornar um atrativo às visitas de pessoas não pertencentes ao lugar (PANIS, 2007).

Refuncionalização do patrimônio cultural e o turismo: considerações finais

Segundo Evaso (2005, p. 36) a refuncionalização do sistema de objetos do espaço é um processo no qual as formas adquirem novos conteúdos sociais, passando a possuir outra funcionalidade, de acordo com interesses ou as necessidades locais. A refuncionalização do patrimônio material é uma ação bastante comum nos lugares os quais há a promoção de atividades de turismo e lazer.

Nesta perspectiva de análise, observa-se que o sistema de objetos do espaço rural vem adquirindo novas funções, ou seja, são um potencial de refuncionalização das formas-conteúdo, paisagens naturais e culturais, que possuem significados e sentidos segundo os conteúdos a elas atribuídos. Este processo, também, é decorrente do surgimento e da incorporação de outras atividades econômicas que, principalmente, estão presentes no processo de diversificação das funções espaciais, refuncionalizando seu patrimônio material construído (LUCHIARI, 2002).

Apesar da paisagem colonial no Distrito de Rincão da Cruz não constituir uma representação idêntica a dos antepassados italiano, mas, sim, uma paisagem híbrida, composta de elementos históricos e modernos somado à disponibilidade de elementos da natureza, percebe-se uma crescente procura por parte de pessoas que buscam lugares para visitação, descanso e, até mesmo, construção de segundas-moradias.

Estes elementos, somados à instituição do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, do Museu da Família Grupelli, das cantinas de vinho familiares que ainda produzem o vinho e são uma referência à cultura italiana na região colonial de Pelotas, além de alguns produtos coloniais, dentre outros fatores, inscrevem a região numa perspectiva da promoção de atividades de turismo cultural e de lazer.

Não obstante à oferta que a região disponibiliza ao turismo, a comunidade mantém suas atividades produtivas tornando o turismo uma possibilidade de geração de trabalho e renda, bem como uma oportunidade de resgate e divulgação da memória dos imigrantes, principalmente, na busca do reconhecimento histórico enquanto da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana.

Todos estes aspectos podem contribuir, não apenas, no reconhecimento, mas, inclusive, permitir que a região colonial de Pelotas passe a fazer parte dos roteiros culturais da imigração italiana no Rio Grande do Sul e, assim, possibilitar a continuidade da cultura e dos bens materiais e imateriais nesta parcela do estado.

Referências bibliográficas

ANJOS, Marcos H. dos. Italianos e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. *História em Revista*, Pelotas, v. 05, p, 33-47, dezembro de 1999.

ARGOLLO FERRÃO, André. M. Arquitetura rural e o espaço não urbano. *Labor & Engenho*, Campinas, ano I, nº 1, p. 89-110, março 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construções imaginárias do nacional. *Revista*

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.

CIFELLI, Gabriele. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG.* Campinas: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2005. 220p. (Dissertação, Mestrado em Geografia: Geografia Humana).

CRUZ, Rita de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001, 167 p.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul.* Caxias do Sul EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984, 244 p.

EVASO, Alexander S. A refuncionalização do espaço. *Experimental*, v. 03, n. 06, p. 33-54, 1999.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998. 397 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.

FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2002, 362p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional)

GRANDO, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: FEE (teses nº 14), 1990.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN/ Ministério da Cultura, Cadernos de Documentos nº 3. 343 p., 1995.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A Mercantilização das paisagens naturais**.** In: *Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclos de debates lazer e motricidade.* Campinas: SP, Coleção educação física e esportes, p. 25-41, 2002.

_____. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *GEOgraphia,* UFF/Rio de Janeiro, Revista de pós-graduação em Geografia, n. 15, p. 25-41, 2006.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTTO, R. *Cenário gaúcho: representações históricas e geográficas.* São Paulo: Moderna, 2001, 127 p.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Patrimônio ambiental urbano em São Paulo. *Comunidade e Debate*. São Paulo: Emplasa, 1979. p. 20-33.

MORAES, Antônio C. Robert. *Bases da formação territorial no Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.* São Paulo: Hucitec, 2000. (Estudos históricos, 41). 431 p.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *Gestão patrimonial em Ouro Preto-MG: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas.* Campinas: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2005. 264p. (Dissertação, Mestrado em Geografia: Geografia Humana).

PANIS, Marcelo; MENDES, Caterine H.; VICTORIA, Daniel P.; CERQUEIRA, Fábio V. Museu Etnográfico da Colônia Maciel - MECOM. *XIV Congresso de Iniciação Científica e VII Encontro de Pós-Graduação*, Pelotas: Anais do..., p. 14-17, 2006.

PANIS, Marcelo. *O Turismo no perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas /RS*. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2007. 118p. (Monografia, Graduação em Geografia).

PEIXOTO, Luciana da Silva. *Memória da imigração italiana em Pelotas /RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.* Pelotas: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2003. 130p. (Monografia, Graduação em História).

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1999. 392 p.

Artigo recebido em maio de 2009.